

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 948/2020

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE OURO BRANCO/RN** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município de Ouro Branco, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2021, e será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - As Metas Fiscais;
- II - As Prioridades da Administração Municipal;
- III - A Estrutura dos Orçamentos;
- IV - As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - As Disposições sobre Despesas com Pessoal e encargos sociais;
- VII - As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - As Disposições Gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

CAPÍTULO II

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2021 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 575/2007 da STN.

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

CAPÍTULO IV

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

CAPÍTULO V

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua consolidação.

CAPÍTULO VI

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelecem de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

CAPÍTULO VII

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 10º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

CAPÍTULO VIII

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 11º - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO IX

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 12º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 575/2007-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2021, 2022 e 2023.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 13º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 14º - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 15º - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balançetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2021, 2022 e 2023.

CAPÍTULO X

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 16º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual Aprovado para vigorar de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO XI

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 17º - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, que recebam recursos do Tesouro e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – *Programa*, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – *Atividade*, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – *Projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – *Operação especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – *Unidade orçamentária*, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 18º - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverá estar anexada os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 19º - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária será elaborada em conformidade com o que determina o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964.

CAPÍTULO XII

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 20º - O Orçamento para exercício de 2021 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativos e Executivos, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (art. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF), bem como os princípios da unidade, universalidade, anualidade, conforme o art. 2º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 21º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 22º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira (art. 9º da LRF).

§ 1º - As limitações referidas no caput incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:

I – Despesas com serviços de consultoria;

II – Despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;

III - Despesas a título de ajuda de custo;

IV - Despesas com locação de mão de obra;

V - Despesas com locação de veículos;

VI - Despesas com combustíveis;

VII - Despesas com treinamento;

VIII - Transferências voluntárias a instituições privadas;

IX - Outras despesas de custeio;

X - Despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;

XI – Despesas com comissionados;

XII – Despesas com comunicação, publicidade e propaganda;

XIII – Despesas com serviços de buffet e alimentação em restaurantes.

§ 2º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 23º - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2018 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 24º - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, se houver, do excesso de arrecadação, em último caso com a redução dos investimentos municipais.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá elaborar Decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 25º - O Orçamento para o exercício de 2021 destinará recursos para a Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até cinco por cento (5%) da Receita Corrente Líquida prevista para o orçamento de 2021, que serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso este não se concretize, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 26º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 27º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 28º - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução de acordo com o ingresso no fluxo de caixa. (Art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 29º - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2021, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 30º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Primeiro - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Parágrafo Segundo – O município deverá formalizar “Termo de Convênio” que conterá cláusulas necessárias ao cumprimento das normas do direito público, bem como as obrigações entre as partes.

Art. 31º - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujos valores não sejam superiores aos limites fixados para dispensa de licitação (art. 24, Inciso I e II, da Lei nº 8.666/93), devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 32º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 33º - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 34º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 35º - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por Categoria Econômica (CE), Grupo de Natureza de Despesa (GND), até a Modalidade de Aplicação (MA), tudo em conformidade com as Portarias MOG No 42/1999, Interministerial No 163/2001.

§ 1º - A suplementação, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza da Despesa (GND) para outro, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167 VI da Constituição Federal).

§ 2º - Os limites para suplementação serão de (30%) trinta por cento do valor fixado para as despesas do exercício de 2021, conforme dispõe o § 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

§ 3º - A movimentação de crédito no mesmo Grupo de Natureza da Despesa (GND), de um elemento econômico para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no § 2º, deste artigo e poderá ser feita por Portaria do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Portaria Legislativa do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo.

§ 4º - Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§ 5º - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 6º - O Poder Executivo e Legislativo poderá incluir novas naturezas de despesas que não forem previstas na Lei Orçamentária Anual, mediante decreto, para correta classificação da despesa, por anulação de dotação, enquadrando-se nos casos previstos nos parágrafos 1 e 3.

Art. 36º - Durante a execução orçamentária de 2021, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I da Constituição Federal).

§ 1º - A inclusão ou alteração de ações no orçamento de 2021 somente poderão ser realizadas se estiverem em consonância com o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018-2021 e com esta Lei.

§ 2º - Além do disposto no caput deste artigo, a inclusão ou alterações de ações no orçamento de 2021 também necessitarão de autorização do Poder Legislativo através de Lei, salvo as exceções previstas na própria Lei Orçamentária Anual, na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 37º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 38º - A execução do orçamento obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

§ 1º - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da insuficiência dos valores aprovados, da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, metas e objetivos, assim como, respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§ 2º - A autorização para suplementação constará da lei orçamentária de 2021, conforme inteligência do §8º do artigo 165 da Constituição Federal, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§ 3º - Os créditos adicionais abertos para a cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

§ 4º - O Poder Executivo não poderá transpor, transferir ou remanejar recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais, salvo por solicitação formal subscrita por seus respectivos autores, observado o valor e a fonte de recursos consignados em cada uma delas, excetuando-se tais retificações do limite do remanejamento orçamentário.

§ 5º - O Poder Executivo poderá suplementar as dotações decorrentes de emendas parlamentares individuais, visto adequação de projetos e orçamentos através de aditivos, devidamente justificados.

Art. 39º - É obrigatória a destinação de recursos e para a execução de emendas parlamentares individuais, observados os cronogramas financeiros de arrecadação.

§ 1º - A Execução Orçamentária e Financeira das emendas individuais aprovadas será obrigatória, segundo critérios equitativos dentro da programação prioritária incluída na lei Orçamentária Anual, financiada exclusivamente com recursos consignados na reserva parlamentar instituída com a finalidade de dar cobertura às referenciadas emendas.

§ 2º - Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 3º - As programações orçamentárias das emendas parlamentares, não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei do Orçamento Anual ou proposição que o modifique, somente poderão ser apreciadas caso:

I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que dispõem sobre:

a) Dotações de pessoal e seus encargos;

b) Serviço da dívida.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40º - A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 41º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 42º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 43º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa específica, poderão em 2021 criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

Art. 44º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2021, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 45º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 46º - O orçamento do Município de Ouro Branco, para o exercício de 2021 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal até 01 de julho de 2020.

Art. 47º - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - Redução em pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança;

II - Eliminação das despesas com horas-extras;

III - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 48º - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, fazer as devidas deduções.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 49º - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 50º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52º - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o fim do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 53º - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 55º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 56º - Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se:

I - Vierem a ser liquidados nesse período, em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964;

II - Referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão; ou

III - referirem-se a convênio ou instrumento congênere, cuja efetivação depende de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pelo poder público concedente.

§ 1º - Durante a execução dos Restos a Pagar, não serão admitidas alterações nos valores anteriormente inscritos.

§ 2º - Fica vedada, no exercício de 2021, a execução de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2019 que não tenham sido liquidados até 31 de dezembro de 2018, ressalvado o disposto no inciso II do caput deste artigo.

Art. 57º - No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD para o exercício de 2021, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Art. 58º - Com vista ao cumprimento das metas fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da Lei Orçamentária Anual para 2021, o Poder Executivo publicará Decreto da Programação Financeira, estabelecendo os limites mensais de despesas e desembolso financeiro por órgão e por categoria de despesa, os quais serão discriminados em anexos.

Parágrafo Único - O desembolso mensal estabelecido na Programação Financeira será determinado pela previsão de arrecadação da receita para 2021, que terá como base a média mensal da arrecadação nos anos de 2019 e 2020 e/ou outro condicionante de natureza econômico-financeiro que recomende sua reestimativa para valores inferiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 59º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA

Prefeita Municipal

ANEXO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

DESPESAS QUE NÃO SÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.

DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DO MUNICÍPIO:

1 – Alimentação Escolar;

2 – Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças com Idade entre 0 a 6 anos (Lei Federal nº 10.836, de 9/1/2004);

3 – Atenção à Saúde da População dos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema Único de Saúde;

4 – Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei nº 9.313, de 13/11/1996);

5 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais de Educação FUNDEB (Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006);

6 – Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para a Saúde da Família – SUS (Lei nº 8.112, de 28/12/1990);

7 – Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para Assistência Farmacêutica Básica (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

8 – Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para Ações de Vigilância Sanitária (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

9 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Lei no 8.142, de 28/12/1990);

10 – Epidemiologia e Controle das Doenças (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

11 – Pessoal e Encargos Sociais;

12 – Sentenças Judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor (RPV);

13 – Serviço da Dívida;

14 – Serviço de Benefícios Eventuais, conforme Legislação Municipal;

15 - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD (Lei no 12.058, de 13/10/2009);

16 – Apoio ao Transporte Escolar (Lei nº 10.880, de 09/06/2004);

17 - Dinheiro Direto na Escola (Lei no 11.947, de 16/06/2009);

18 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei no 10.700, de 09/07/2003);

19 – Concessão de Bolsa Educacional.

Prefeitura Municipal de Ouro Branco

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	15.144.277,31	17.360.745,13	17.762.249,00	18.472.738,96	19.858.194,38	21.347.558,96
Receita Tributária	449.133,14	417.396,12	497.500,00	517.400,00	556.205,00	597.920,38
Receita de Contribuição	739.298,77	904.219,34	829.500,00	862.680,00	927.381,00	996.934,58
Receita Patrimonial	344.528,53	519.243,14	460.500,00	478.920,00	514.839,00	553.451,93
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	2.000,00	2.080,00	2.236,00	2.403,70
Transferências Correntes	12.884.539,45	14.719.808,39	15.293.959,00	15.905.717,36	17.098.646,16	18.381.044,62
Outras Receitas Correntes	85.615,74	64.733,47	78.790,00	81.941,60	88.087,22	94.693,76
Receita Intra-Orçamentária Corrente	641.161,68	735.344,67	600.000,00	624.000,00	670.800,00	721.110,00

RECEITAS DE CAPITAL	485.155,00	1.056.318,77	2.097.500,00	2.181.400,00	2.345.005,00	2.520.880,38
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	485.155,00	1.056.318,77	2.097.500,00	2.181.400,00	2.345.005,00	2.520.880,38
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.629.432,31	18.417.063,90	19.859.749,00	20.654.138,96	22.203.199,38	23.868.439,34

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

Receita Tributárias		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	449.133,14	0,00
2019	417.396,12	-7,07
2020	497.500,00	19,19
2021	517.400,00	4,00
2022	556.205,00	7,50
2023	597.920,38	7,50
Nota:		
As correções dessa receita foram feitas prevendo um aumento gradual, fruto de uma política de intensificação da fiscalização tributária e modernização da Secretaria.		
Receita de Contribuição		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	739.298,77	0,00
2019	904.219,34	22,31
2020	829.500,00	-8,26
2021	862.680,00	4,00
2022	927.381,00	7,50
2023	996.934,58	7,50
Nota:		
O aumento gradual e constante previsto para essa receita foi observado de forma que os valores sejam corrigidos baseados nos índices de inflação previstos para o período.		
Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	344.528,53	0,00
2019	519.243,14	50,71
2020	460.500,00	-11,31
2021	478.920,00	4,00
2022	514.839,00	7,50
2023	553.451,93	7,50
Nota:		
Esta receita apresenta crescimento constante, seguindo a premissa de que o Município através de um planejamento mais apurado terá como resultado um aumento na receita resultante de aplicações financeiras.		

Prefeitura Municipal de Ouro Branco
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

Transferências Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	12.884.539,45	0,00
2019	14.719.808,39	14,24
2020	15.293.959,00	3,90
2021	15.905.717,36	4,00
2022	17.098.646,16	7,50
2023	18.381.044,62	7,50

Nota:

O aumento gradual e constante previsto para essa receita foi observado de forma que os valores sejam corrigidos baseados nos índices de inflação previstos para o período.

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	85.615,74	0,00
2019	64.733,47	-24,39
2020	78.790,00	21,71
2021	81.941,60	4,00
2022	88.087,22	7,50
2023	94.693,76	7,50

Nota:

Nessa receita a expectativa é de aumento constante e em percentuais iguais aos previstos para correção da inflação para os períodos previstos nesta Lei.

Receita Intra-Orçamentária Corrente

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	600.000,00	0,00
2021	624.000,00	4,00
2022	670.800,00	7,50
2023	721.110,00	7,50

Nota:

Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices de correção.

Prefeitura Municipal de Ouro Branco

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

Operações de Crédito

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	0,00	0,00
2021	0,00	0,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices de correção.

Alienação de bens

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	0,00	0,00
2021	0,00	0,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:

Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices de correção.

Transferências de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Varição %
2018	485.155,00	0,00
2019	1.056.318,77	117,73
2020	2.097.500,00	98,57
2021	2.181.400,00	4,00
2022	2.345.005,00	7,50
2023	2.520.880,38	7,50

Nota:
Nesse grupo de receitas estão previstos os Convênios, tanto os convênios com a União quanto com o Estado, obedecendo-se as previsões contidas no PPA do município.

Prefeitura Municipal de Ouro Branco		
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
I - RECEITAS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Outras Receitas de Capital	Valor Nominal - R\$	Varição %
Metas Anuais		
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	0,00	0,00
2021	0,00	0,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00

Nota:
Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices de correção.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA

Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS

Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco						
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
II - DESPESAS						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (I)	13.693.123,03	15.696.629,47	15.827.372,00	16.460.466,88	17.695.001,90	19.022.127,04
Pessoal e Encargos Sociais	8.389.777,25	9.303.997,28	10.244.252,00	10.654.022,08	11.453.073,74	12.312.054,27
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	5.000,00	5.200,00	5.590,00	6.009,25
Outras Despesas Correntes	5.303.345,78	6.392.632,19	5.578.120,00	5.801.244,80	6.236.338,16	6.704.063,52
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.466.436,23	1.419.015,87	3.488.200,00	3.627.728,00	3.899.807,60	4.192.293,17
Investimentos	1.363.511,64	1.227.582,55	3.340.200,00	3.473.808,00	3.734.343,60	4.014.419,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	10.000,00	10.400,00	11.180,00	12.018,50
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	102.924,59	191.433,32	138.000,00	143.520,00	154.284,00	165.855,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	544.177,00	565.944,08	608.389,89	654.019,13
Total	15.159.559,26	17.115.645,34	19.859.749,00	20.654.138,96	22.203.199,38	23.868.439,34

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA

Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS

Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
II.a - DESPESAS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Pessoal e Encargos Sociais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	8.389.777,25	0,00
2019	9.303.997,28	10,90
2020	10.244.252,00	10,11
2021	10.654.022,08	4,00
2022	11.453.073,74	7,50
2023	12.312.054,27	7,50
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		
Juros e Encargos da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	5.000,00	#DIV/0!
2021	5.200,00	4,00
2022	5.590,00	7,50
2023	6.009,25	7,50
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		

Outras Despesas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	5.303.345,78	0,00
2019	6.392.632,19	20,54
2020	5.578.120,00	-12,74
2021	5.801.244,80	4,00
2022	6.236.338,16	7,50
2023	6.704.063,52	7,50
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		

Prefeitura Municipal de Ouro Branco		
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
II.a - DESPESAS		
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF		
Investimentos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	1.363.511,64	0,00
2019	1.227.582,55	-9,97
2020	3.340.200,00	172,10
2021	3.473.808,00	4,00
2022	3.734.343,60	7,50
2023	4.014.419,37	7,50
Nota:		
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.		
Inversões Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	0,00	0,00

2019		0,00	0,00
2020		10.000,00	0,00
2021		10.400,00	4,00
2022		11.180,00	7,50
2023		12.018,50	7,50
Nota:			
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.			

Amortização da Dívida			
Metas Anuais		Valor Nominal - R\$	Variação %
2018		102.924,59	0,00
2019		191.433,32	85,99
2020		138.000,00	-27,91
2021		143.520,00	4,00
2022		154.284,00	7,50
2023		165.855,30	7,50
Nota:			
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.			

Prefeitura Municipal de Ouro Branco			
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS			
II.a - DESPESAS			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Metas Anuais		Valor Nominal - R\$	Variação %
2018		0,00	0,00
2019		0,00	0,00
2020		544.177,00	0,00
2021		565.944,08	4,00
2022		608.389,89	7,50
2023		654.019,13	7,50
Nota:			
Os recursos destinados a Reserva de Contingência apresenta uma variação baseada nas de cada o período.			

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco							
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS							
III - RESULTADO PRIMÁRIO							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
RECEITAS CORRENTES (I)	15.144.277,31	17.360.745,13	17.762.249,00	18.472.738,96	19.858.194,38	21.347.558,96	
Receitas Tributárias	449.133,14	417.396,12	497.500,00	517.400,00	556.205,00	597.920,38	
Receitas de Contribuição	739.298,77	904.219,34	829.500,00	862.680,00	927.381,00	996.934,58	
Receita Patrimonial	344.528,53	519.243,14	460.500,00	478.920,00	514.839,00	553.451,93	
Aplicações Financeiras (II)	344.528,53	519.243,14	460.500,00	119.730,00	128.709,75	138.362,98	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	359.190,00	386.129,25	415.088,94	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	2.000,00	2.080,00	2.236,00	2.403,70	
Transferências Correntes	12.884.539,45	14.719.808,39	15.293.959,00	15.905.717,36	17.098.646,16	18.381.044,62	

Outras Receitas Correntes	85.615,74	64.733,47	78.790,00	81.941,60	88.087,22	94.693,76
Receita Intra-Orçamentária Corrente	0,00	0,00	600.000,00	624.000,00	670.800,00	721.110,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	14.799.748,78	16.841.501,99	17.301.749,00	18.353.008,96	19.729.484,63	21.209.195,98
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	485.155,00	1.056.318,77	2.097.500,00	2.181.400,00	2.345.005,00	2.520.880,38
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	485.155,00	1.056.318,77	2.097.500,00	2.181.400,00	2.345.005,00	2.520.880,38
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	485.155,00	1.056.318,77	2.097.500,00	2.181.400,00	2.345.005,00	2.520.880,38
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III+VIII)	15.284.903,78	17.897.820,76	19.399.249,00	20.534.408,96	22.074.489,63	23.730.076,35
RECEITA TOTAL	15.629.432,31	18.417.063,90	19.859.749,00	20.654.138,96	22.203.199,38	23.868.439,34
DESPESAS CORRENTES (X)	13.693.123,03	15.696.629,47	15.827.372,00	16.460.466,88	17.695.001,90	19.022.127,04
Pessoal e Encargos Sociais	8.389.777,25	9.303.997,28	10.244.252,00	10.654.022,08	11.453.073,74	12.312.054,27
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	5.000,00	5.200,00	5.590,00	6.009,25
Outras Despesas Correntes	5.303.345,78	6.392.632,19	5.578.120,00	5.801.244,80	6.236.338,16	6.704.063,52
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	13.693.123,03	15.696.629,47	15.822.372,00	16.455.266,88	17.689.411,90	19.016.117,79
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.466.436,23	1.419.015,87	3.488.200,00	3.627.728,00	3.899.807,60	4.192.293,17
Investimentos	1.363.511,64	1.227.582,55	3.340.200,00	3.473.808,00	3.734.343,60	4.014.419,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	10.000,00	10.400,00	11.180,00	12.018,50
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	102.924,59	191.433,32	138.000,00	143.520,00	154.284,00	165.855,30
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.363.511,64	1.227.582,55	3.350.200,00	3.484.208,00	3.745.523,60	4.026.437,87
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	544.177,00	565.944,08	608.389,89	654.019,13
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	15.056.634,67	16.924.212,02	19.716.749,00	20.505.418,96	22.043.325,38	23.696.574,79
DESPESA TOTAL	15.159.559,26	17.115.645,34	19.859.749,00	20.654.138,96	22.203.199,38	23.868.439,34
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	228.269,11	973.608,74	-317.500,00	28.990,00	31.164,25	33.501,57

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco						
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
IV - RESULTADO NOMINAL						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
Especificação	2018 (B)	2019 (C)	2020 (D)	2021 2018	2022 (F)	2023 (G)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	936.474,07	3.285.027,71	2.956.524,94	2.734.785,57	2.529.676,65	2.339.950,90
DEDUÇÕES (II)	3.492.821,93	7.255.898,08	6.633.822,65	5.970.440,38	5.373.396,34	4.836.056,71
Ativo Disponível	3.895.246,59	7.773.469,95	6.996.122,96	6.296.510,66	5.666.859,59	5.100.173,63
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados	402.424,66	517.571,87	362.300,31	326.070,28	293.463,25	264.116,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(2.556.347,86)	(3.970.870,37)	(3.677.297,71)	(3.235.654,81)	(2.843.719,69)	(2.496.105,81)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (IIII + IV - V)	(2.556.347,86)	(3.970.870,37)	(3.677.297,71)	(3.235.654,81)	(2.843.719,69)	(2.496.105,81)
Resultado Nominal	(B - A*)	(C - B)	(D - C)	(E - D)	(F - E)	(G - F)
	(4.936.148,95)	(1.414.522,51)	293.572,66	441.642,89	391.935,12	347.613,89
Notas:						
-O cálculo Das Metas Anuais Relativas ao resultado Nominal, foi executado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.						

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco						
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
(RS)						
ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	936.474,07	3.285.027,71	2.956.524,94	2.734.785,57	2.529.676,65	2.339.950,90
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	936.474,07	3.285.027,71	2.956.524,94	2.734.785,57	2.529.676,65	2.339.950,90
DEDUÇÕES (II)	3.492.821,93	7.255.898,08	6.633.822,65	5.970.440,38	5.373.396,34	4.836.056,71
Ativo Disponível	3.895.246,59	7.773.469,95	6.996.122,96	6.296.510,66	5.666.859,59	5.100.173,63
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	402.424,66	517.571,87	362.300,31	326.070,28	293.463,25	264.116,93
Dívida Consolidada Líquida	-2.556.347,86	-3.970.870,37	-3.677.297,71	-3.235.654,81	-2.843.719,69	-2.496.105,81

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco									
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE									
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS									
ANEXO DE METAS FISCAIS									
Demonstrativo I - Metas Anuais									
Art. 4º, §1º da LRF									
(RS)									
ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100
Receita Total	20.654.138,96	19.375.364,88	0,081	22.203.199,38	19.545.069,88	0,078	23.868.439,34	19.709.693,92	0,091
Receita Não-Financeira (I)	20.534.408,96	19.263.047,80	0,080	22.074.489,63	19.431.769,04	0,077	23.730.076,35	19.595.438,77	0,090
Despesa Total	20.654.138,96	19.375.364,88	0,081	22.203.199,38	19.545.069,88	0,078	23.868.439,34	19.709.693,92	0,091
Despesa Não-Financeira (II)	20.505.418,96	19.235.852,68	0,080	22.043.325,38	19.404.335,72	0,077	23.696.574,79	19.567.774,39	0,090
Resultado Primário	28.990,00	27.195,12	0,000	31.164,25	27.433,32	0,000	33.501,57	27.664,38	0,000
Resultado Nominal	441.642,89	414.299,15	0,002	391.935,12	345.013,31	0,001	347.613,89	287.046,97	0,001
Dívida Pública Consolidada	2.734.785,57	2.565.464,89	0,011	2.529.676,65	2.226.828,04	0,009	2.339.950,90	1.932.246,82	0,009
Dívida Consolidada Líquida	(3.235.654,81)	(3.035.323,46)	-0,013	(2.843.719,69)	(2.503.274,38)	-0,010	(2.496.105,81)	(2.061.193,89)	-0,010
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)									

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco							
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS							
ANEXO DE METAS FISCAIS							
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior							
Art. 4º, §2º, inciso I da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2019 (a)	% PIB	Metas Realizadas 2019 (b)	% PIB	Variação		
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	20.531.510,00	0,093	18.417.063,90	0,093	-2.114.446,10	-10,30	
Receita Não-Financeira (I)	20.281.510,00	0,092	17.897.820,76	0,092	-2.383.689,24	-11,75	
Despesa Total	20.531.510,00	0,093	17.115.645,34	0,093	-3.415.864,66	-16,64	
Despesa Não-Financeira (II)	20.361.510,00	0,092	16.924.212,02	0,092	-3.437.297,98	-16,88	
Resultado Primário (I - II)	-80.000,00	0,000	973.608,74	0,000	1.053.608,74	-1.317,01	
Resultado Nominal	-1.155.352,61	-0,005	-1.414.522,51	-0,005	-259.169,90	22,43	
Dívida Pública Consolidada	3.613.530,48	0,016	3.285.027,71	0,016	-328.502,77	-9,09	
Dívida Consolidada Líquida	-4.367.957,41	-0,020	-3.970.870,37	-0,020	397.087,04	-9,09	

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco											
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores											
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF											
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	15.629.432,31	18.417.063,90	17,8	19.859.749,00	7,8	20.654.138,96	4,0	22.203.199,38	7,5	23.868.439,34	7,5
Receita Não Financeira (I)	15.284.903,78	17.897.820,76	17,1	19.399.249,00	8,4	20.534.408,96	5,9	22.074.489,63	7,5	23.730.076,35	7,5
Despesa Total	15.159.559,26	17.115.645,34	12,9	19.859.749,00	16,0	20.654.138,96	4,0	22.203.199,38	7,6	23.868.439,34	7,5
Despesa Não Financeira (II)	15.056.634,67	16.924.212,02	12,4	19.716.749,00	16,5	20.505.418,96	4,0	22.043.325,38	7,5	23.696.574,79	7,5
Resultado Primário (I - II)	228.269,11	973.608,74	326,5	-317.500,00	-132,6	28.990,00	-109,1	31.164,25	0,5	33.501,57	7,5
Resultado Nominal	-4.936.148,95	-1.414.522,51	-71,3	293.572,66	-120,8	441.642,89	50,4	391.935,12	-1,8	347.613,89	-11,31
Dívida Pública Consolidada	936.474,07	3.285.027,71	250,8	2.956.524,94	-10,0	2.734.785,57	-7,5	2.529.676,65	6,3	2.339.950,90	-7,5
Dívida Líquida Consolidada	-2.556.347,86	-3.970.870,37	55,3	-3.677.297,71	-7,4	-3.235.654,81	-12,0	(2.843.719,69)	-12,1	(2.496.105,81)	-12,22
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	16.631.278,92	20.382.164,62	22,6	21.504.136,22	5,5	19.375.364,88	-9,9	19.545.069,88	0,9	19.709.693,92	0,8
Receita Não Financeira (I)	16.264.666,11	19.807.518,24	21,8	21.005.506,82	6,0	19.263.047,80	-8,3	19.431.769,04	0,9	19.595.438,77	0,8
Despesa Total	16.131.287,01	18.941.884,70	17,4	21.702.733,71	14,6	19.375.364,88	-10,7	19.545.069,88	0,9	19.709.693,92	0,8
Despesa Não Financeira (II)	16.021.764,95	18.730.025,44	16,9	21.546.463,31	15,0	19.235.852,68	-10,7	19.404.335,72	0,9	19.567.774,39	0,8
Resultado Primário (I - II)	242.901,16	1.077.492,79	343,6	-346.964,00	-132,2	27.195,12	-107,8	27.433,32	0,9	27.664,38	0,8
Resultado Nominal	-5.252.556,10	-1.565.452,06	-70,2	320.816,21	-120,5	414.299,15	29,1	345.013,31	-16,7	287.046,97	-16,8
Dívida Pública Consolidada	996.502,06	3.635.540,17	264,8	3.230.890,45	-11,1	2.565.464,89	-20,6	2.226.828,04	-13,2	1.932.246,82	-13,2
Dívida Líquida Consolidada	-2.720.209,76	-4.394.562,24	61,6	-4.018.550,93	-8,6	-3.035.323,46	-24,5	-2.503.274,38	-17,5	-2.061.193,89	-17,7
Nota:											
Metodologia de Cálculos dos Valores Constantes											

INDICES DE INFLAÇÃO					
2018	2019	2020	2021	2022	2023
6,41	10,67	9,28	4,86	4,12	4,00
VALORES DE REFERÊNCIA					

Valor Corrente x 1,0641 Valor	Corrente x 1,1067	Valor Corrente x 1,0928	Valor Corrente /1,0486	Valor Corrente /1,0843	Valor Corrente / 1,1277

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA

Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS

Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco						
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido						
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado	9.095.167,34	0,00	-8.313.516,78	-191,4	-8.902.636,23	7,1
TOTAL	9.095.167,34	0,00	-8.313.516,78	-191,41	-8.902.636,23	7,09

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA

Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS

Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco			
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF			
RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (d)	2017 2018
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis		-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-
TOTAL		-	-
DESPESAS LIQUIDADAS	2019 (b)	2018 (e)	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos		-	-
Inversões Financeiras		-	-
Amortização da Dívida		-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social		-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos		-	-
TOTAL		-	-
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	-	-	-

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA

Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS

Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco			
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")			RS 1,00
RECEITAS	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	989.280,42	1.052.162,66	1.352.535,04
RECEITAS CORRENTES	989.280,42	1.052.162,66	1.352.535,04
Receita de Contribuições dos Segurados	621.187,80	677.928,99	835.949,20
Pessoal Civil	621.187,80	677.928,99	835.949,20
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	280.547,34	275.274,83	461.356,61
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	87.545,28	98.958,84	55.229,23
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	87.545,28	98.958,84	55.229,23
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	489.122,72	641.161,68	735.344,67
RECEITAS CORRENTES	489.122,72	641.161,68	735.344,67
Receita de Contribuições	489.122,72	641.161,68	735.344,67
Patronal	489.122,72	641.161,68	735.344,67
Pessoal Civil	489.122,72	641.161,68	735.344,67
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	1.478.403,14	1.693.324,34	2.087.879,71
DESPESAS	2017	2018	2019
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	783.253,03	1.106.422,46	1.264.148,87
ADMINISTRAÇÃO	150.858,86	143.224,65	12.309,39
Despesas Correntes	150.858,86	142.508,95	12.309,39
Despesas de Capital	0,00	715,70	0,00
PREVIDÊNCIA	632.394,17	963.197,81	1.251.839,48
Pessoal Civil	632.394,17	963.197,81	1.251.839,48
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	783.253,03	1.106.422,46	1.264.148,87

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	695.150,11	586.901,88	823.730,84
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2017	2018	2019
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	250.000,00	225.470,00	250.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
2021				
AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)				RS 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (e) = (a-	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) +
	(a)	(b)	b)	(c)

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco					
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS FISCAIS					
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita					
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF					
SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	TRIBUTO/CONTRIBUIÇÃO	2021	2022		
SEM RENÚNCIA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-
Notas: O Município não trabalha com a hipótese de que haja renúncia de receitas para o período demonstrado.					

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco	
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF	
EVENTO	2021
Aumento Permanente da Receita	260.000,00

(-) Transferências Constitucionais	200.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	60.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	260.000,00
Redução Permanente de Despesas (II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	260.000,00
Saldo Utilizado (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Novas DOCC Geradas pelas PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III – IV)	260.000,00

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

Prefeitura Municipal de Ouro Branco	
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE RISCOS FISCAIS Art. 4º, §3º, da LRF	(RS)
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2020
1. Passivos Contingentes	20.000,00
2. Riscos Fiscais	-
3. Eventos Fiscais Imprevistos	-
Soma	20.000,00
Nota: Passivos Contingentes: obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc. Riscos Fiscais: emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor. Eventos Fiscais Imprevistos: extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.	

Ouro Branco/RN, 08 de junho de 2020.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

MILENA P. MEDEIROS
Sec. Mun. de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Ações Resumida		Exercício: 2020
Exercício: 2021		
Ação		
Unidade Orçamentária: 01.001 - CÂMARA MUNICIPAL		
	1001 - Reforma do Prédio Sede da Câmara Municipal	
		Função: 01 - LEGISLATIVA
		Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
		Programa: 0001 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA CAMARA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1002 - Reequipamento da Câmara Municipal	
		Função: 01 - LEGISLATIVA
		Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
		Programa: 0001 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA CAMARA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1003 - Reforma do Telecentro Comunitário	
		Função: 01 - LEGISLATIVA
		Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
		Programa: 0001 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA CAMARA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim

	1004 - Aquisição de Veículo para a Câmara Municipal	
		Função: 01 - LEGISLATIVA
		Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
		Programa: 0001 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA CAMARA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2001 - Funcionamento das Atividades da Câmara Municipal	
		Função: 01 - LEGISLATIVA
		Sub-Função: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
		Programa: 0001 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA CAMARA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 02.001 - GABINETE DA PREFEITA		
	1008 - Realização de Concurso Público no Âmbito do Município	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1023 - Aquisição de um Veículo para uso do Gabinete da Prefeita	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1027 - Divulgação de Atos Oficiais Administrativos na Imprensa Oficial	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2002 - Funcionamento das Atividades do Gabinete da Prefeita	
Ação		
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2007 - Concessão de Subvenções Sociais, Contribuições e Auxílio a Entidades	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 130 - ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES
		Programa: 0003 - MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADM FINANCEIRA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO		
	1029 - Programa de Formação e Qualificação de Profissionais	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim

	2004 - Funcionamento das Atividades da Sec. Mun. de Administração e Planejamento	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2013 - Funcionamento das Atividades do Setor Patrimonial	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 03.002 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
	2003 - Funcionamento das Atividades da Procuradoria Jurídica	
		Função: 02 - JUDICIARIA
		Sub-Função: 061 - AÇÃO JUDICIÁRIA
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 04.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO		
	2006 - Funcionamento das Atividades da Sec. Municipal de Finanças e Tributação	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
		Programa: 0008 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 05.001 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
	2043 - Funcionamento das Atividades da Controladoria Geral do Município	
Ação		
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 124 - CONTROLE INTERNO
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
	1024 - Construção, Ampliação ou Reforma de Unidades Básicas de Saúde	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	1028 - Equipamento e Estruturação de Unidade Básica de Saúde	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim

	1039 - Reformas e Reparos nos Postos de Saúde do Município	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	1052 - Construção de um polo de Academia da Saúde	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2017 - Funcionamento do Programa da Área Específica de Atenção Básica - PAB-FIXO	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2018 - Funcionamento do Programa Saúde na Escola - PSE	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2019 - Funcionamento do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PAC'S	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2020 - Manutenção do Bloco de Gestão do SUS	
Ação		
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2021 - Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2022 - Funcionamento da Assistência Farmacêutica Básica	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2023 - Funcionamento do Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC/AIH	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social

		Ativo: Sim
	2024 - Funcionamento da Vigilância em Saúde	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2025 - Funcionamento do Programa Saúde da Família - PSF	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2026 - Funcionamento do Programa Saúde Bucal - PSB	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2034 - Funcionamento do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2041 - Implantação e Manutenção do Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	
Ação		
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2051 - Funcionamento do Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2053 - Funcionamento do Programa QUALIFAR	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 06.002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
	1017 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água	
		Função: 17 - SANEAMENTO
		Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	1025 - Aquisição de Veículos para as Atividades da Secretaria de Saúde	
		Função: 10 - SAÚDE

		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	1030 - Construção do Sistema de Saneamento Básico Municipal	
		Função: 17 - SANEAMENTO
		Sub-Função: 605 - ABASTECIMENTO
		Programa: 0026 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	1043 - Contribuição a Entidades	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 130 - ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES
		Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2029 - Funcionamento das Atividades do Conselho Municipal de Saúde	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2054 - Gestão de Políticas Públicas voltadas para as Gestantes	
Ação		
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2061 - Contribuição ao Consórcio Regional de Resíduos Sólidos do Seridó	
		Função: 10 - SAÚDE
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	1020 - Aquisição de Equipamentos para a Educação	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0015 - EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA EDUCACIONAL E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1021 - Construção, Reforma ou Ampliação de Unidades Escolares	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0015 - EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA EDUCACIONAL E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1022 - Construção e/ou Reforma de Ginásio Poliesportivo	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. CULTURAL

		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1031 - Construção e Ampliação da Biblioteca Pública Municipal	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0012 - VALORIZAÇÃO CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1038 - Programa de Capacitação de Professores da Rede Municipal de Ensino	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1044 - Construção, Recuperação ou Reforma de uma Quadra de Esportes	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1046 - Construção e Confeção de Cobertura de Quadras de Esporte	
	Ação	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0015 - EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA EDUCACIONAL E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1053 - Aquisição de Ônibus Escolares	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1054 - Reforma do Prédio da Secretaria Municipal de Educação	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2009 - Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2010 - Funcionamento do Ensino Fundamental Financiado com Recursos do FUNDEB 40%	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. E CULTURAL

		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2011 - Funcionamento do Ensino Fundamental Financiado com Recursos do FUNDEB 60%	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2012 - Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil Financiados com Recursos do Tesouro Municipal	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
		Programa: 0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2014 - Funcionamento do Programa Nacional do Transporte Escolar - PNAT	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0020 - TRANSPORTE ESCOLAR
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2015 - Funcionamento do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	
Ação		
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2016 - Funcionamento do Ensino Fundamental Financiado com Recursos do Salário Educação	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. E CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2027 - Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil Financiados com Recursos do FUNDEB 60%	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
		Programa: 0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2036 - Funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
		Programa: 0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2039 - Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Brasil Alfabetizado	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

		Programa: 0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2047 - Funcionamento do Programa Estadual do Transporte Escolar - PETERN	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
		Programa: 0020 - TRANSPORTE ESCOLAR
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2055 - Funcionamento do Programa Brasil Carinhoso	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
		Programa: 0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2056 - Gestão dos Recursos do E. I. Manutenção	
		Função: 12 - EDUCAÇÃO
		Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
		Programa: 0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	1047 - Construção e Reforma de Prédio do Serviço de Proteção Social Básica	
Ação		
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	1048 - Construção e Reforma de Prédio do Serviço de Proteção Social Especial	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2028 - Funcionamento do Centro de Referência Especializado - CREAS	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
		Programa: 0023 - ATEND. A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE RISCO SOCIAL
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2030 - Manutenção da Proteção Social Básica a Família e ao Idoso - PAIF	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2031 - Serviços de Benefícios Eventuais à Pessoas em situação de Risco e Vulnerabilidade Social	

		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2033 - Funcionamento do Programa Bolsa Família - IGD	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0025 - BOLSA FAMILIA
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2045 - Funcionamento do ACESSUAS TRABALHO	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0022 - FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2048 - Funcionamento das Atividades do Programa Bolsa Família - IGD-SUAS	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2049 - Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	
Ação		
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2050 - Funcionamento do Sistema de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2058 - Funcionamento do Programa BPC na Escola	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0022 - FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 08.011 - FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		
	2057 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
		Programa: 0022 - FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 08.021 - SEC. MUN. ASSIT. SOCIAL,		

HABITAÇÃO E TRABALHO		
	1036 - Construção e Recuperação de Unidades Habitacionais	
		Função: 16 - HABITAÇÃO
		Sub-Função: 482 - HABITAÇÃO URBANA
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2032 - Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
		Programa: 0023 - ATEND. A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE RISCO SOCIAL
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2046 - Funcionamento das Atividades do Conselho Municipal de Assistência Social	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2059 - Gestão de Políticas Públicas voltadas para o atendimento da Criança e Adolescente	
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
		Programa: 0022 - FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2060 - Gestão de Políticas Públicas voltadas para o atendimento das Mulheres	
Ação		
		Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
		Programa: 0022 - FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 09.001 - SEC. MUN. DE CULTURA E TURISMO		
	1026 - Restauração da Casa de Oração	
		Função: 13 - CULTURA
		Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
		Programa: 0012 - VALORIZAÇÃO CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1032 - Programa de Incentivo aos Grupos de Divulgação Cultural	
		Função: 13 - CULTURA
		Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
		Programa: 0012 - VALORIZAÇÃO CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1033 - Construção de um Centro Cultural	
		Função: 13 - CULTURA
		Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
		Programa: 0012 - VALORIZAÇÃO CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1049 - Apoio a Associação das Bordadeiras de Ouro Branco/RN	

		Função: 13 - CULTURA
		Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
		Programa: 0012 - VALORIZAÇÃO CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2035 - Funcionamento das Atividades Artesanais	
		Função: 13 - CULTURA
		Sub-Função: 333 - EMPREGABILIDADE
		Programa: 0012 - VALORIZAÇÃO CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2037 - Funcionamento das Atividades da Sec. Mun. de Cultura e Turismo	
		Função: 13 - CULTURA
		Sub-Função: 392 - DIFUSÃO CULTURAL
		Programa: 0012 - VALORIZAÇÃO CULTURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 10.001 - SEC. MUN. DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES		
	1005 - Adequação e Conclusão das Obras do Núcleo Industrial de Quartzito	
		Descrição: ADEQUAÇÃO E CONCLUSÃO DAS OBRAS DO NÚCLEO INDUSTRIAL DE QUARTZITO DE OURO BRANCO
		Função: 15 - URBANISMO
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0013 - INCREMENTO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Ação		
	1009 - Implantação do Programa Luz para Todos	
		Função: 25 - ENERGIA
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0017 - DESENVOLVIMENTO URBANO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1012 - Aquisição ou Desapropriação de Imóveis	
		Função: 15 - URBANISMO
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1014 - Construção e Recuperação de Bueiros e Passagens Molhadas	
		Função: 15 - URBANISMO
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1015 - Construção e/ou Reformas de Prédios Públicos	
		Função: 15 - URBANISMO
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1016 - Pavimentação e/ou Recuperação de Ruas e Avenidas	
		Função: 15 - URBANISMO

		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1018 - Aquisição de Veículos e Máquinas	
		Função: 15 - URBANISMO
		Sub-Função: 452 - SERVIÇOS URBANOS
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1019 - Construção e/ou Recuperação de Estradas Vicinais	
		Função: 26 - TRANSPORTE
		Sub-Função: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1037 - Construção e Urbanização de Canteiros e Vias Públicas	
		Função: 15 - URBANISMO
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1040 - Construção e ou Reforma de Praças no Município	
Ação		
		Função: 15 - URBANISMO
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0017 - DESENVOLVIMENTO URBANO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1041 - Construção de Pórtico na entrada da Cidade	
		Função: 15 - URBANISMO
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0017 - DESENVOLVIMENTO URBANO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2008 - Funcionamento das Atividades da Sec. Munic. de Obras, Infraestrutura e Transportes	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
		Programa: 0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2040 - Manutenção da Iluminação Pública do Município	
		Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
		Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
		Programa: 0017 - DESENVOLVIMENTO URBANO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 11.001 - SEC. MUN. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E REC. NATURAIS		
	1006 - Construção de Açudes, Barragens e Poços Tubulares	
		Função: 20 - AGRICULTURA
		Sub-Função: 544 - RECURSOS HÍDRICOS
		Programa: 0010 - FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA RURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1007 - Construção de Cisternas Rurais Comunitárias	
		Função: 20 - AGRICULTURA

		Sub-Função: 544 - RECURSOS HÍDRICOS
		Programa: 0010 - FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA RURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1010 - Programa de Incentivo ao Pequeno Produtor Rural	
		Função: 20 - AGRICULTURA
		Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL
		Programa: 0011 - APOIO AO HOMEM DO CAMPO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1011 - Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	
		Função: 20 - AGRICULTURA
		Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL
		Programa: 0010 - FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA RURAL
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1013 - Construção e Ampliação do Horto Municipal	
Ação		
		Função: 20 - AGRICULTURA
		Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL
		Programa: 0011 - APOIO AO HOMEM DO CAMPO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1042 - Construção e Reforma de Matadouro Público	
		Função: 20 - AGRICULTURA
		Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL
		Programa: 0016 - DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1045 - Construção de Pontes com Travas Espaçadas para Vedar o Trânsito de Animais	
		Função: 20 - AGRICULTURA
		Sub-Função: 606 - EXTENSÃO RURAL
		Programa: 0011 - APOIO AO HOMEM DO CAMPO
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1050 - Apoio a Cooperativa dos Garimpeiros da Serra do Poção	
		Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL
		Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
		Programa: 0018 - IM. E MELHORIA DAS AÇÕES DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1051 - Aquisição de Veículos para a Cooperativa dos Garimpeiros da Serra do Poção	
		Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL
		Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
		Programa: 0018 - IM. E MELHORIA DAS AÇÕES DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2038 - Funcionamento das Atividades da Sec. Mun. de Agric. Meio Ambiente e Rec. Naturais	
		Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL
		Sub-Função: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
		Programa: 0018 - IM. E MELHORIA DAS AÇÕES DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
		Esfera: 01 - Fiscal

		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 12.001 - REC. SOB SUP. DA SEC. MUN. DE FIN. E TRIBUTAÇÃO		
	0701 - Pagamento de Compromissos Pactuados com INSS e FGTS	
		Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
		Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
		Programa: 0003 - MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADM FINANCEIRA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	0702 - Pagamento de Compromissos Pactuados com a COSERN, CAERN e OUTROS	
		Descrição: Pagamento de Compromissos Pactuados com a COSERN, CAERN e TELEFONIA FIXA
		Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
		Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
		Programa: 0003 - MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADM FINANCEIRA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	0703 - Pagamento da Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	
Ação		
		Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
		Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
		Programa: 0003 - MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADM FINANCEIRA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	0704 - Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	
		Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
		Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
		Programa: 0003 - MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADM FINANCEIRA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	0705 - Contribuição à Entidades Representativas	
		Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS
		Sub-Função: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
		Programa: 0003 - MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADM FINANCEIRA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 13.001 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUN. DE OURO BRANCO		
	2005 - Funcionamento do Instituto de Previdência do Município de Ouro Branco - OBPREV	
		Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA
		Programa: 0006 - PREVIDÊNCIA SOCIALA SEGURADOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2042 - Pagamento dos Servidores através do FUNPREV	
		Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA
		Programa: 0006 - PREVIDÊNCIA SOCIALA SEGURADOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
	2044 - Contribuição Administrativa do FUNPREV	
		Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA
		Programa: 0006 - PREVIDÊNCIA SOCIALA SEGURADOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social

		Ativo: Sim
	2999 - Reserva Orçamentária do RPPS - OBPREV	
		Função: 09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
		Sub-Função: 271 - PREVIDÊNCIA BÁSICA
		Programa: 0006 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS
		Esfera: 02 - Seguridade Social
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 14.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
	1034 - Construção de Quadras de Esportes	
		Função: 27 - DESPORTO E LAZER
		Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
		Programa: 0027 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	1035 - Construção e Reformas de Área de Lazer	
Ação		
		Função: 27 - DESPORTO E LAZER
		Sub-Função: 813 - LAZER
		Programa: 0027 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
	2052 - Funcionamento da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	
		Função: 27 - DESPORTO E LAZER
		Sub-Função: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
		Programa: 0027 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim
Unidade Orçamentária: 99.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
		Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA
		Sub-Função: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
		Programa: 0099 - RESERVA DE CONTINGENCIA
		Esfera: 01 - Fiscal
		Ativo: Sim

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Listagem de Programas		Exercício: 2020
Exercício: 2021		
	Programa	Ativo
	0001 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA CAMARA	Sim
	0002 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL	Sim
	0003 - MODERNIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADM FINANCEIRA	Sim
	0004 - SAÚDE PARA TODOS	Sim
	0005 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	Sim
	0006 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	Sim
	0008 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FAZENDÁRIAS	Sim
	0009 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA	Sim
	0010 - FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA RURAL	Sim
	0011 - APOIO AO HOMEM DO CAMPO	Sim
	0012 - VALORIZAÇÃO CULTURAL	Sim
	0013 - INCREMENTO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA VIÁRIA	Sim
	0014 - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DESP. E CULTURAL	Sim
	0015 - EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA EDUCACIONAL E CULTURAL	Sim
	0016 - DESENVOLVIMENTO DO SERTOR AGROPECUÁRIO	Sim
	0017 - DESENVOLVIMENTO URBANO	Sim
	0018 - IM. E MELHORIA DAS AÇÕES DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE	Sim

0019 - ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	Sim
0020 - TRANSPORTE ESCOLAR	Sim
0021 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ASSIST. E PROM. AO CIDADÃO	Sim
0022 - FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sim
0023 - ATEND. A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE RISCO SOCIAL	Sim
0025 - BOLSA FAMÍLIA	Sim
0026 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Sim
0027 - ESPORTE E LAZER PARA TODOS	Sim
0099 - RESERVA DE CONTINGENCIA	Sim

Publicado por:
Douglas Medeiros de Araujo
Código Identificador:2ED30CF5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/06/2020. Edição 2289
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>